

“O tempo dos missionários acabou!”  
O futuro pós-colonial do ensino católico na  
Costa do Marfim (1958-2000)<sup>1</sup>

Éric Lanoué

Resumo: Na Costa do Marfim, as escolas confessionais encontraram um espaço de atuação no seio do sistema público de educação, ao contrário de outros países africanos onde essas escolas — principalmente as católicas — desapareceram no momento das independências. Entre os diversos aspectos que explicam a dinâmica de integração nacional aqui descrita e interrogada, observamos, da parte do Estado, a política religiosa do presidente Houphouët-Boigny (consagração dos missionários) e, da parte da Igreja, o desejo dos bispos locais em preservar uma rede de escolas, contrariamente à opinião de alguns missionários ocidentais (Convenção Escolar de 1974). Este passeio pela história, elaborado a partir de uma periodização original, contribui para o entendimento dos desafios de uma tendência atual relativa ao *devoir-privado* das escolas confessionais. Originária de novas lutas, essa tendência opôs, por um lado, a Igreja e seus dirigentes políticos marfinenses e, por outro lado, os novos atores emergentes do ensino católico (pais de alunos, sindicatos) e a Igreja. O presente artigo mostra de que forma essas tendências plurais, às vezes opostas, modificam o quadro e o conteúdo das trocas entre os atores públicos e privados envolvidos no futuro das escolas confessionais.

Palavras-chave: Costa do Marfim, escolas confessionais, Igreja Católica, herança escolar, nacionalização, privatização, escolarização em zona rural.

Abstract: Unlike in other African countries, where religious schools vanished upon or following independence, catholic schools on the Ivory Coast have held their place in the public school system. Various factors account for this national integration dynamics, in both the state (President Houphouët Boigny's religious policy and the devoted work of missionaries) and the Catholic Church (the bishops' desire to save a network of schools despite advice from certain western missionaries: the 1974 school convention). This look back on history, using an original periodization, sheds light on challenges in the current trend toward privatizing religious schools. This trend has set off new conflicts between the

1. Tradução de “Le temps des missionnaires n'est plus! Le devenir post-colonial de l'enseignement catholique en Côte-d'Ivoire (1958-2000)”, publicado originalmente no *Cahiers d'Études Africaines*, XLIII (1-2), 169-170, 2003, p. 99-120.  
Tradução: Ana Rita Uhle.

\* Pesquisador associado do Centre d'Étude d'Afrique Noir do Institut d'Études Politiques de Bordeaux. e.lanoué@sciencespobordeaux.fr

Church and its political leaders, and between new actors in Catholic schools (students, parents, unions) and the Church. This article shows how these diverse and sometimes opposite trends modify the framework and contents of exchanges between public and private actors involved in the future of religious schools on the Ivory Coast.

Key words: Ivory Coast, confessional schools, Catholic Church, school heritage, nationalization, religious politics, privatization, rural schooling.

O centenário da Igreja Católica da Costa do Marfim criou pretexto para uma ampla celebração de suas escolas, consideradas na origem de uma inédita ascensão social. Durante as comemorações, ocorridas no ano de 1995 e mesmo depois, os discursos oficiais enaltecem a missão, seus heróis e suas escolas (LAUNAY, 1992, p. 118). Afinal, os egressos da escola, transformados em elites políticas, intelectuais e eclesiais, não são provas de um grande êxito? Entretanto, as comemorações — momento de expressão pública da memória missionária — não devem encobrir a renovação dos desafios políticos, eclesiais e educacionais relacionados ao futuro pós-colonial dessas escolas.

O ensino católico da Costa do Marfim experimentou uma inserção original no sistema educacional marfinense, um *devoir-público*, pode-se dizer. Ora, desde os anos 1990 essa ordem de ensino busca diversificar suas fontes de financiamento — a exemplo do ensino protestante, porém com menos sucesso<sup>2</sup> — tendo como objetivo diminuir a dependência de um Estado “mau-pagador”. A opção por um *devoir-privado* solicita de antemão recursos financeiros das famílias e empréstimos de fundos internacionais. A ambição por uma autonomia financeira, aos poucos vislumbrada, motiva o discurso dos dirigentes<sup>3</sup> quando a Igreja parece ter reconhecido que o “tempo do social”, símbolo da caridade missionária de outrora, não existe mais. Essa ambição marca um discurso ou orienta práticas?

Ao contrário de outros países africanos, onde as escolas confessionais - principalmente as católicas - desapareceram no momento das independências<sup>4</sup>, na

2. O ensino protestante metodista beneficia-se de um suporte financeiro proveniente de Igrejas protestantes alemãs, além daquele recebido, por convenção, do governo da Costa do Marfim. O ensino católico, pelo contrário, não recebe fundo algum proveniente de Igrejas internacionais, a não ser do Vaticano, para os alunos seminaristas. Nesse último caso, a subvenção não é repassada diretamente: os bispos, geralmente, são os beneficiários.
3. Principalmente os discursos do novo arcebispo de Abidjan, monsenhor Agré. Proferidos na presença de diferentes dirigentes de escolas primárias e secundárias católicas ao longo do ano 2000, esses discursos não apareceram em qualquer publicação oficial. Sem apresentar nada de novo, surgem como um refrão desde o início dos anos 1990, particularmente na boca dos diretores nacionais e diocesanos do ensino católico: respaldam, entre outras coisas, o fechamento das escolas primárias e a dispensa dos professores.
4. O Estados africanos que “nacionalizaram” as escolas confessionais desde a independência ou ao longo dos anos seguintes (caso da República Centro Africana, do Congo-Brazzaville ou ainda do

Costa do Marfim essas escolas encontraram espaço de atuação no seio do sistema público de educação. Contudo, após a independência várias transformações colocaram em questão esse espaço de atuação, particularmente a reorientação das políticas públicas da educação em relação aos setores de ensino privado. No caso específico da Costa do Marfim, tentaremos identificar as tendências desse *devoir-privado* em concorrência com as tendências mais antigas de seu *devoir-público*. Que efeitos tiveram sobre as formas de mobilização dos atores do ensino católico (professores primários e secundários, sindicatos, diretores, Igreja Católica e comunidade)<sup>5</sup> a partir dos anos 1990? O *devoir-privado* da educação missionária adquire todo seu significado a partir de uma análise das condições históricas de seu *devoir-público*; uma periodização original, introduzida aqui em três tempos, marca a evolução do ensino católico: o movimento de independência, o final dos anos 1980 e os anos 1990.

As dinâmicas de uma integração à moda da Costa do Marfim: o papel do Estado e da Igreja no *devoir-público* das escolas confessionais.

As escolas da Igreja no seio da descolonização

No decurso de uma das últimas reuniões em Dakar, realizada em abril de 1959<sup>6</sup>, a Conferência dos Arcebispos da África Ocidental tomou ciência do “desmantelamento da Federação e da devolução aos Estados de todas as questões

---

Burkina Fasso) restituíram-nas às Igrejas nos anos 1990. Esse vaivém não foi constatado na Costa do Marfim. Portanto, é preciso insistir nas diversas possibilidades de evolução das escolas confessionais e estabelecer conexões com contextos específicos nacionais e internacionais. Atualmente, não há sequer uma história comparada analisando essas transformações na longa duração. Entretanto, os trabalhos, sobretudo as teses, concentram-se em períodos distantes e envolvem as escolas confessionais, principalmente católicas, do Congo-Brazzaville (NGOYI, 1969) e do ex-Alto Volta (COMPAORE, 1995). Apenas uma tese estuda a história das escolas confessionais metodistas na Costa do Marfim, mas a periodização termina em 1944 (LEGBEDJI-AKA, 1986). A ausência de uma periodização original integrando a era das independências, a era pós-colonial, enfim, a era do pluripartidarismo e de suas reviravoltas, constitui um obstáculo importante às pesquisas sociológicas cujo objeto são as escolas privadas confessionais na África subsaariana.

5. Além da instituição escolar católica, o termo “ensino católico” designa, ao nosso ver, o conjunto de atores diretamente implicados em sua história, ou seja, não se refere exclusivamente à representação institucional oficial – que é apenas um de seus componentes.
6. Conferência dos arcebispos da África ocidental em Dakar, 08 de abril de 1959, capítulo IX “Coordenação do Ensino Privado”, Arquivos gerais da Congregação do Espírito Santo, Reuniões e Conferências plenárias ordinárias da AOF (1945-1961, Chevilly-Larue).

relacionadas aos ensinos primário, secundário e técnico”, tirando a seguinte conclusão: “a representação federal das escolas católicas em Dakar não tem mais razão de existir”. Nesse período, enquanto os Estados caminhavam em direção à independência, os bispos levantavam uma questão crucial: a elaboração territorial e não mais federal de uma convenção coletiva relativa ao futuro das escolas confessionais. Para eles, essa questão apresentava um duplo desafio: por um lado, a definição do papel dos novos Estados na gestão das escolas confessionais construídas com fundos públicos e privados<sup>7</sup> e, por outro lado, a possibilidade de busca, pelos missionários, de seus investimentos educativos. Sobre a questão específica de suas escolas, a hierarquia católica reagiu ao processo de descolonização (BRASSEUR, 1986, p. 68).

Conhecedores das deliberações que regulam as relações entre o ensino privado e o governo geral da AOF<sup>8</sup>, padres e seus representantes locais ou federais acreditavam que uma etapa do investimento educativo missionário estava sendo deixada para trás. Preocupados em preservar os “princípios” (de formação, de admissão e carreira dos professores, bem como de propriedade das salas escolares), alguns insistiram no “perigo de *fonctionnarisation*” e de monopolização do ensino privado”. Outros, pelo contrário, sustentaram propostas em favor do reconhecimento, por parte do Estado, de uma “utilidade pública” do ensino privado, legitimamente amparada por um dispositivo de verbas públicas indexadas ou equivalentes àquelas do ensino público. Essa última orientação foi defendida por dois representantes, um da Costa do Marfim, padre da Sociedade das Missões Africanas, e outro do Senegal, padre da Congregação do Espírito Santo.

Nos territórios costeiros, recentemente dispostos sob a jurisdição eclesial da Sociedade das Missões Africanas, “os SMA lançavam-se sobre a escola... Eles tinham o hábito de dizer: batizemos primeiro, converteremos depois”, conta um Padre Branco responsável pelas escolas primárias em Alto Volta, entre 1965 e 1969. Ao contrário dos países sahelianos, de acentuada presença islâmica, os países da costa

7. Os fundos públicos são os Fundos de Investimento e Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES); já os fundos privados são provenientes de grandes e afortunadas famílias católicas francesas. Para a distribuição dos fundos FIDES no setor de ensino de acordo com os territórios e as ordens de ensino (privadas e públicas), pode-se consultar a obra de Abdou Moumouni (1998, p.93-105).

8. Os relatórios dos missionários responsáveis pelo ensino católico na ex-AOF contêm praticamente todas essas deliberações, algumas vezes até manuscritas. Ver, por exemplo, o relatório do Padre Bertho, antigo representante católico no Conselho da AOF e antigo diretor geral do ensino católico na AOF; Documentos legislativos sobre a educação, Dakar, 1943-1956, 2G25, Arquivos da Sociedade das Missões Africanas, Roma.

\* N. do T. — Esse termo faz referência à lógica própria das condições de trabalho do funcionário público, que implica, por exemplo, concurso, estabilidade, aposentadoria especial e plano de carreira.

sofreram um plano de evangelização que passou estrategicamente pela multiplicação de escolas primárias e de escolas catequistas transformadas aos poucos em escolas primárias. Os missionários fundadores das escolas beneficiaram-se enormemente dos fundos do FIDES (Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social) e de doações vindas da Europa: construíam duas salas de aula, ou mesmo duas escolas, com a verba concedida para a construção de apenas uma sala ou de uma só escola, passavam contratos locais junto às empresas dos expatriados franceses ou libaneses e prestavam contas de suas atividades em revistas distribuídas aos doadores<sup>9</sup>. Assim, a indústria escolar missionária prosperou, sobretudo nas regiões Sul, Leste, Oeste e Centro-Oeste da chamada baixa Costa do Marfim. Na zona rural, a implantação de escolas primárias católicas de duas classes convinha às populações cada vez menos reticentes à escolarização; na zona urbana, geralmente no próprio território da Missão Católica, a escola privada de seis classes atraía as crianças mais cultivadas dos vilarejos próximos, enquanto a escola pública escolarizava os filhos de funcionários públicos (franceses ou africanos) e de expatriados (franceses). A Missão produziu sozinha a escola primária católica? Mesmo com um de seus representantes compondo o Grande Conselho da AOF (Comissão de ensino), ao passo que outros exerciam pressão nas assembleias locais, os fundos públicos creditados ao orçamento da educação e ao ensino privado eram primordialmente importantes na Costa do Marfim, pois: “Por não ser um país muito rico, Alto Volta tinha subvenções mais escassas”, diz o mesmo Padre Branco.

Houphouët-Boigny desfrutava de profunda confiança junto aos missionários católicos europeus, ali instalados após sacerdócio na Costa do Marfim<sup>10</sup>. Sua filiação ao PCF foi condenada solenemente pelo monsenhor Thévenoud, à época arcebispo de Ouagadougou. Desde 1956, alguns missionários já ocupavam a posição de bispos (o último deles permaneceu até o início dos anos 1970) e conheciam Houphouët-Boigny de longa data. Entre eles, monsenhor Kirmann, bispo de Dalva, que havia celebrado em 1935 seu primeiro casamento; outros missionários não hesitavam em lhe pedir o dinheiro necessário para a construção ou para a conclusão

9 A revista *Échos des Missions Africaines* de Lion, cujo primeiro número data de 1937, apresenta diversas prestações de contas, principalmente nos números publicados no período do pós-guerra até 1960.

10. Os primeiros contatos mais prolongados de Houphouët-Boigny com os missionários remontam a 1915 (DIALLO, 1993, p. 36). Nessa época, Houphouët-Boigny escolheu o nome católico Felix para se fazer batizar em Bingerville por um missionário que marcou intensamente a história da missão na Costa do Marfim, além de ter escrito uma obra memorável intitulada *A Costa do Marfim Cristã*, na qual narra a cruzada evangelizadora dos primeiros missionários. A escolha de um nome europeu ou americano constituiu-se, desde a independência até os nossos dias, uma marca de ocidentalização; estudantes muçulmanos, já nos anos 1960, atribuíam-se nomes ocidentais (esta informação nos foi dada por um dos capelães católicos da primeira universidade de Abidjan).

de uma capela. O anticomunismo dos Missionários de Lyon, perceptível em sua revista *Échos des Missions Africaines*, contextualizado no período da Guerra Fria, não abalou totalmente a aliança selada com esse personagem, que sabiam ser astucioso, mas respeitavam. Além disso, no momento do plebiscito de 1958, esses missionários votaram em peso no “sim”, tantos os mais velhos quanto os jovens. Eles também festejaram a independência em 1960, fato que representava para os missionários a passagem de Missão para Igreja “enraizada”, cujo símbolo foi o sacramento do primeiro bispo marfinense, monsenhor Yago.

A integração das escolas confessionais no período da independência: assunto escolar e assunto de Estado

A partir da independência marfinense, Houphouët-Boigny empreendeu uma política de consagração da obra missionária: padres missionários receberam as mais altas distinções, ostentando com orgulho suas medalhas da Ordem do Mérito marfinense, recebidas em cerimônias oficiais<sup>11</sup>. Essa política representou apenas um dos aspectos de uma estratégia mais ampla de valorização das diversas crenças existentes naquele país. Momentos após a declaração de independência, os “barões” do PCDI (Partido Democrático da Costa do Marfim) lançaram uma campanha nacional com o objetivo de arrecadar os fundos necessários para a construção de templos cristãos e muçulmanos. Por parte do Estado, não foi aventada a hipótese de uma preferência religiosa pelo cristianismo na gestão das alianças entre o poder político e o poder religioso; assim se explica a perenidade das escolas católicas durante o período de independência. Em contrapartida, essas escolas trataram de forjar uma imagem do marfinense “evoluído”; os missionários alimentaram de tal forma a “fé absoluta no valor do saber escolar como meio de ascensão social” que “instrução e ocidentalização” iam juntas no espírito dos “evoluídos” (VIDAL; LE PAPE, 1987, p. 67).

O futuro das escolas católicas, subentendida a gestão da herança escolar missionária, tornou-se uma questão suficientemente sensível à escala do continente africano, de tal modo que os novos Estados a incorporaram. Como redirecionaram as políticas coloniais e, em conseqüência, definiram suas próprias políticas educacionais? Em 1960, nos antigos territórios evangelizados onde a escola católica foi considerada o meio privilegiado do primeiro dos sacramentos cristãos, cada Estado encontrava-se diante de uma realidade escolar parcialmente estabelecida. Em inúmeros países, as formas de legitimação ideológicas e de afirmação da soberania passaram, necessariamente, por um controle do ensino privado,

11. O poder político participou — da mesma forma que a Missão, ainda que posteriormente, no momento das independências — de uma fábrica de heróis missionários dos quais tinha necessidade.

especialmente confessional cristão. Os desafios relativos ao futuro do ensino privado podem então ser facilmente compreendidos: ao caminharem no sentido do seu reconhecimento e de sua extensão, os Estados assinalaram uma estratégia de apelo na direção da antiga força colonizadora; do contrário, ao tomarem o sentido do estar “fora da lei” (DECRAENE, 1993, p. 70) e da sua reapropriação autoritária, manifestaram uma recusa das dependências passadas. Compreende-se, portanto, a importância nacional, continental e internacional dessa questão relativa ao futuro das escolas confessionais, em função de seu conteúdo sensível em termos de afirmação de uma soberania nacional, de seu interesse em termos de posicionamento, não somente frente às potências dominadoras ocidentais, mas também frente aos outros Estados africanos. A Igreja também exercia nessa questão sua participação no processo de descolonização, sem abandonar sua rede de escolas por uma espécie de *mea culpa*, mas, no melhor dos casos, projetando a extensão dessa rede, autorizada por políticas de escolarização não restritivas.<sup>12</sup>

A originalidade do caso marfinense surge, por um lado, de uma situação de não-ruptura com o passado colonial, bem como de um re-direcionamento da política colonial de restrição escolar: nesse sentido, o ensino privado assegurou, ao mesmo tempo, uma ligação contínua com esse passado e uma possibilidade a ser explorada no âmbito de um fenômeno de recuperação escolar. Essa ordem de ensino contribuiu para dar visibilidade continental e internacional a um Estado dito “liberal” e “laico”. Signatário dessa orientação, Houphouët-Boigny chegaria a solicitar as competências  $\frac{3}{4}$  feito singular na África Ocidental  $\frac{3}{4}$  de duas congregações francesas especializadas na escolarização secundária de moças, uma delas encarregada do Liceu Feminino (em Yamoussoukro), e a outra, presente ainda hoje, encarregada do Liceu Sainte-Marie (bairro de Cocody, em Abidjan). Essas congregações investiram nos espaços mais simbólicos do poder e foram financiadas pela Europa dos Seis, seguindo demanda do chefe de Estado, como é demonstrado pela primeira diretora deste estabelecimento: “monsenhor Yago (o primeiro arcebispo de Abidjan) compreendia muito bem que nosso trunfo era termos um papel timbrado com os dizeres: República da Costa do Marfim, União, Trabalho, Disciplina. Guardem isso para sempre, é precioso.”<sup>13</sup> As esposas dos chefes de Estado franceses (Sra. Pompidou, Sra. Giscard d’Estaing) tiveram o

12. O Vaticano acompanhava de perto essa questão relativa ao futuro das escolas católicas. Um antigo padre diretor geral das escolas católicas no ex-Congo Belga recebeu em 1960 o encargo de organizar uma conferência pan-africana do ensino católico (Ofício Internacional do Ensino Católico). Esta conferência de agudos desafios políticos aconteceu em Léopoldville, de 12 a 23 de agosto de 1965 e reuniu todos os missionários encarregados de escolas católicas nas novas nações da África subsaariana (OIEC, 1965).

13. Entrevista com Odile de Vasselot, diretora do Liceu Sainte-Marie (1968-1988), Paris, 03 de julho de 2000.

cuidado de visitar esse liceu, também incessantemente submetido a “intervenções de personalidades marfinenses” desejosas de encontrar um lugar vantajoso para as “protegidas”. Observa-se, aqui, que essa estratégia de apelo em direção à Europa e à França, criadora de novos intercâmbios, ia acompanhada da estruturação do espaço escolar marfinense, nos anos 1960.

### A idade de ouro do ensino católico e a consolidação de sua dinâmica de integração

De modo geral, as condições de uma confluência entre as congregações que desejavam instalar-se na Costa do Marfim e as orientações da política escolar nacional estavam reunidas desde o final dos anos 1950. Nos momentos finais da independência, a Costa do Marfim configura-se como um espaço aberto para implantação de diferentes possibilidades, sendo esse, substancialmente, o propósito recorrente dos recém-chegados ao espaço escolar local, tanto público como privado. Nesse período, apareceu uma transformação essencial dos elementos religiosos católicos: as congregações e sociedades religiosas internacionais, efetivamente as de língua francesa, passaram a circular nos antigos “países de missão”, onde três grandes sociedades missionárias detinham o monopólio da evangelização.<sup>14</sup> Esses recém-chegados buscavam estabelecer-se de modo duradouro, sendo que foram muitos deles os que se instalaram na Costa do Marfim, tanto em Abidjan como no interior do país.

Desse momento até o início dos anos 1970, o ensino secundário católico viveu sua fase de expansão mais espetacular: estabelecimentos não mistos, de educação feminina e masculina, abriram suas portas em diferentes cidades do interior da Costa do Marfim e se beneficiaram de um sistema estatal de alocação de alunos laureados no concurso seletivo de entrada na segunda etapa do Ensino Fundamental. Esse sistema era acompanhado de múltiplas subvenções direcionadas ao ensino católico e destinadas a cobrir 80% do salário dos professores. Concretamente, os diretores de escola constituíam e, posteriormente, submetiam à Comissão Nacional de Orientação as listas dos alunos alocados requeridos, os quais, em alguns estabelecimentos católicos, passavam por concursos internos de admissão. Nessa época, ainda não existiam disputas entre as ordens de ensino privado junto aos serviços do Estado pela recuperação dos

14. Trata-se da Sociedade das Missões Africanas, dos missionários da África (Padres Brancos) e da Congregação do Espírito Santo. Os dois primeiros institutos não são congregações, mas institutos seculares de vida apostólica. Essa diferença é importante para a compreensão das formas de organização das equipes de missionários em campo. Esses institutos missionários foram criados no século XIX.

\* N. do T. – Da 5ª a 8ª série.



alunos alocados, pois o setor privado laico ainda não era competitivo<sup>15</sup>. Contrariamente à situação predominante no interior do país, em Abidjan as congregações permaneciam ligadas ao ambiente dos expatriados, cujas crianças representavam a maior parte de seu público escolar. Graças ao apoio de uma rede de estabelecimentos de ensino secundário — ainda não federada ao plano nacional, ao contrário da rede de escolas primárias (federada em 1958) — essas congregações transferiam diretamente seus alunos do primário para estabelecimentos de ensino secundário; quando essas transferências não ocorreram, os estabelecimentos secundários católicos jamais sofreram de falta de alunos: os modos de organização pedagógica, a disponibilização de material didático, a animação extra-escolar e os pensionatos dotavam-nos de atrativos, como lembra com entusiasmo o irmão Roger, primeiro diretor do Collège Saint-Viateur, em Bouaké (aberto em 1965): “Saint-Viateur era formidável, tinha cerca de trinta clubes e uma fanfara que era famosa em todo país, graças ao internato era possível ter tudo isso... a demanda foi intensa... recebíamos as subvenções... o café cacau vendia bem... tínhamos liberdade em nossos métodos, eles (os funcionários do Ministério da Educação Nacional) sabiam disso.” A presença maciça dos cooperados franceses, enviados desde o retorno de 1963 ao ensino privado — pouco dispendioso para o Estado francês — eram símbolos vivos dos intercâmbios norte e sul da Igreja da França<sup>16</sup> e reforçavam a imagem desses estabelecimentos exemplares, por não ficarem restritos à escolarização de uma elite social: “Entre Saint-Viateur e Ferkessedougou, recebemos 150 cooperados católicos... às vezes eu até colocava anúncios no *Le Monde*, os cooperados eram grandes colaboradores, aliás, eles se alojavam no próprio local. Esse aspecto festivo exaltado pelo irmão Roger remete-se a uma idade de ouro, digna do *Carnaval sob as mangueiras*, romance escrito por um antigo cooperado católico (FREGEAC, 1998). A circulação contínua de professores católicos, classificados por religiosos como “peças da engrenagem” do sistema educativo da Costa do Marfim, contribuiu para essa idade de ouro da mesma forma que o suporte financeiro do Estado e a alta demanda da educação.

15. Somente ao longo dos anos 1970 o ensino secundário do setor privado laico tomou-se concorrencial. Em 1960-61, o ensino católico ocupava uma posição dominante no setor privado. Seu declínio progressivo ocorreu, no primário, devido à concorrência do ensino público, que multiplicou as escolas primárias nas áreas em que investia anteriormente; no secundário, seu declínio data dos anos 1970, década durante a qual os estabelecimentos secundários privados se multiplicaram. Atualmente, o ensino católico surge como uma ordem de ensino estatisticamente marginal em termos de alunos escolarizados; entretanto, o ensino católico é muito mais presente no primário do que no secundário (Vide anexo estatístico).

16. Os acordos de cooperação entre a Igreja da França e o Estado francês datam de 1963. Associações confessionais enviam, então, cooperados católicos, religiosos ou laicos, aos países do Sul, sob a responsabilidade do Ministério da Cooperação.

Em comparação com o ensino secundário católico, mais tardio e com recrutamento internacional, o ensino primário católico deitou suas raízes no período colonial. Seu desenvolvimento dependeu dos esforços dos missionários e da política educativa do Estado francês na ex-AOF. Sem minimizar o papel das estruturas secundárias erigidas pela Sociedade das Missões Africanas e seu similar feminino, o instituto Notre-Dame des Apotres, o investimento escolar desses antigos institutos missionários direcionou-se principalmente, até os anos 1950, às escolas primárias e às escolas catequistas.

Dos momentos decisivos da independência até a assinatura, em fevereiro de 1974, da primeira convenção ordenando as relações entre o ensino confessional e o Estado, a rede de escolas primárias confessionais (católicas e protestantes) parece ter criado, paradoxalmente, mais problemas aos missionários europeus do que ao Estado e ao clero marfinense. De fato, aos olhos dos missionários europeus, a escola confessional não parecia mais um meio privilegiado de evangelização. Dessa forma, ela estava sujeita a críticas que vinham inicialmente do seio da Sociedade das Missões Africanas – “os Padres se desligavam das escolas primárias”, diz um antigo missionário diretor nacional do ensino católico entre 1957 e 1967 – e, posteriormente, do seio do importante Conselho Presbiterial de Abidjan – “o Conselho Presbiterial deseja que as negociações iniciadas com as autoridades marfinenses [...] estimulem um processo no qual o conjunto das escolas católicas seria brevemente integrado ao sistema nacional de educação da Costa do Marfim”.<sup>17</sup>

Como explicar esse afastamento paradoxal dos missionários de seu próprio vetor de evangelização? É preciso lembrar que, antes da Convenção de 1974, o ensino católico era inscrito pelo Estado no capítulo orçamentário do ensino privado, sem distinção específica. Evidentemente, os missionários de campo continuavam evangelizando no ambiente escolar, porém, desde então, especialmente nos estabelecimentos públicos, a evangelização dependia do favor do Estado. Além disso, há muito tempo a gestão das subvenções públicas atribuídas aos diretores diocesanos missionários suscitava críticas por parte dos professores primários.<sup>18</sup> O desejo do Conselho Presbiterial seguiu sem resultado e defrontou-se, pelo contrário, com as decisões dos bispos marfinenses, que se tornaram maioria na Conferência Episcopal. Estes últimos apostaram tudo no ensino confessional especificamente

17. Nota sobre o ensino católico, Conselho Presbiterial, 17 de maio de 1973. Arquivos gerais da Sociedade das Missões Africanas, 2J8, Roma. Esse Conselho Presbiterial foi instalado pelo Monsenhor Yago nos anos 1960. Em 1970, era composto por alguns missionários europeus que ali estavam desde o período colonial e por outros missionários que chegaram na década de 1960. Padres marfinenses dele faziam parte. Para o alto clero marfinense, esse Conselho representava um órgão consultivo.

18. No final dos anos 1960, eles reivindicavam mais transparência na divisão das subvenções públicas destinadas ao ensino católico.

convencionado. Assim, a opção convencionalista prevaleceu. Ela pôs fim às críticas provenientes de uma fração dos missionários europeus.<sup>19</sup> Essa convenção protegeria o ensino confessional, tanto no nível primário quanto no secundário, até 1988 — data na qual o Estado a proclamaria efetivamente —, garantindo aos professores do setor confessional 80% do salário dos professores do ensino público. Outras subvenções foram destinadas aos estabelecimentos escolares ao longo desses 15 anos (provisões escolares, subsídio aos pensionistas, subsídios complementares para os alunos alocados pelo Estado). Os bispos mais comprometidos com a promoção do ensino católico consideram ainda hoje esse período como uma “idade de ouro”. Para eles, os professores primários também não esqueceram essa época na qual, como diz uma professora *burkinabe*: “A Procuradoria nos fornecia empréstimos para realizações, os salários ainda eram bons”.<sup>20</sup>

Em virtude do declínio das escolas primárias na zona rural, a Igreja buscava uma integração completa do ensino católico na política educativa do Estado. Efetivamente, as populações rurais tinham preferência pela escola pública, gratuita, pelo menos nos locais onde se beneficiavam suficientemente pelo revezamento nas administrações escolares públicas. Assim, os “quadros” das vilas rurais tiveram um papel determinante no processo de equipamento das escolas modernas, substituindo as antigas escolas confessionais.<sup>21</sup> O tempo no qual essas pequenas cidades enviavam uma delegação junto ao missionário europeu, com a finalidade de obter um professor designado para a escola, estava praticamente terminado ao longo da década de independência. Essa onda de fechamento das escolas confessionais confirma uma reconversão da demanda educativa em favor do setor público. Os missionários viveram esse acontecimento com amargura. Somente mais tarde, ao longo dos anos 1980 e 1990, uma nova onda de fechamento das escolas primárias rurais afetou o ensino católico, mas desta vez motivada por seus próprios dirigentes, desejosos de concentrar a escola primária na zona urbana.

De origem colonial, a dinâmica de integração entre o ensino privado e o ensino público adotada, ao mesmo tempo, pelo Estado e pela Igreja, foi almejada no

19. A resposta dada por um bispo marfinense à nota citada anteriormente não possui qualquer traço de ambigüidade: todos os argumentos apresentados por partidários de uma reposição ao Estado das escolas confessionais são julgados inaceitáveis no caso da Costa do Marfim.

20. Entrevista com Thérèse Sempéogo, Gagnoa, em 03 de fevereiro de 2000.

21. Para um estudo das condições sociopolíticas da modernização rural na Costa do Marfim, reportar-se à obra de Claudine Vidal (1991, p. 98-130). A autora demonstra como, entre 1975 e o final dos 1980, nem antes nem depois, a modernização das vilas rurais torna-se uma “questão de Estado (...) que os quadros tratavam como questões pessoais”; os missionários datam o fechamento das escolas católicas nos anos 1970: é possível relacionar, ao menos para certas vilas ou agrupamentos rurais, a construção de escolas públicas no lugar de escolas confessionais a um novo tipo de investimento dos “grandes” e detectar um índice de sua munificência em relação às populações rurais dominadas.

momento da transição para a independência, antes de ser definitivamente instaurada em 1974. A despeito das queixas direcionadas às autoridades públicas em razão do atraso freqüente no pagamento das subvenções, o Estado garantiu efetivamente, desde a independência em 1989, um futuro público a todas as ordens convenionadas de ensino privado. Os sistemas de alocações e de subvenções constituíram as duas modalidades deste *dever-público*. As relações entre a Igreja e o Estado, no âmbito da educação, seladas em convenção, expressavam a intenção deste por uma política educacional pública favorável à integração contínua do setor de ensino privado, principalmente o confessional. Por parte da Igreja, a participação na escolarização pública era reafirmada: por um lado, ampliava o sistema público ao desempenhar um papel suplementar; por outro, não o deixava restrito às crianças procedentes das elites sociais urbanas, em função de sua distribuição no território. No final dos anos 1980, esse impulso de integração marfinense se esgotou e seu questionamento pelo Estado gerou uma renegociação do lugar do ensino confessional no seio do sistema de ensino.

Os efeitos da privatização sobre os diferentes atores do sistema de ensino confessional (1998-2000)

A partir de 1988, o ensino confessional engajou-se na direção de um *dever-privado*, em razão da pressão de uma nova política escolar imposta ao Estado marfinense pelos fundos internacionais (FMI, Banco Mundial). Pode-se afirmar que houve uma desobrigação radical do Estado? Não, na medida em que essa nova política educacional não modificou o quadro geral das relações entre o Estado e as escolas confessionais, que continuavam recebendo subvenções. Em contrapartida, ela alterou completamente as modalidades, a saber, o sistema de alocação e de subvenção. Anteriormente, as subvenções públicas atribuídas ao ensino privado cobriam 80% do salário dos professores primários e secundários; porém, desde a convenção assinada em 1992, elas passaram a cobrir a escolarização de um número de alunos fixado pelo Estado, tanto do primário quanto do secundário. Assim, o Estado condicionava sua ajuda e fazia com que o salário dos professores dependesse de uma nova gestão dos fluxos escolares — mais racional, de acordo com a orientação dos fundos internacionais.

Essa nova gestão das subvenções, anunciada no início do ano letivo de 1991 (PROTEAU, 1996, p. 258), induziu efeitos maiores e duradouros sobre o ensino confessional. Inicialmente a subvenção do Estado tornou-se mais importante no nível primário que no secundário. Dado que a participação das ordens de ensino confessional era desigual nos dois níveis de escolarização (cf. anexo estatístico), passaram a ocorrer disputas pela repartição das verbas. Em seguida, e especificamente no nível secundário, alguns estabelecimentos confessionais

acreditavam nas vantagens de receber o máximo possível de alunos alocados, enquanto outros, ao contrário, estimavam ser necessário receber o mínimo possível; ocorreu, a partir de então, uma divergência de interesses, particularmente sensível no nível das práticas de recrutamento introduzidas por diretores de escolas católicas. Enfim, o montante fixo das subvenções atribuídas não garantia mais uma progressão de carreira (promoções de escalão e troca de categorias) e ainda comprometia as aposentadorias. Desse modo, a distribuição da subvenção pública abriu três frentes de luta, negociadas à exaustão por membros do ensino confessional: a primeira dizia respeito à divisão da subvenção de acordo com as diferentes ordens de ensino confessional, bem como no interior de uma ordem de ensino confessional específica; a segunda referia-se à proporção desejada de alunos alocados e pagantes no interior da escola; a terceira era relativa às proteções e direitos reivindicados por professores primários e secundários em troca de sua competência pedagógica.

A diversificação dos atores e as novas frentes de luta em torno das escolas confessionais

O ensino católico vivenciou de forma dramática a adequação do sistema de alocações às novas modalidades financeiras, transformação que foi dolorosamente sentida por grupos com interesses divergentes, mas reunidos numa insatisfação comum frente às políticas de austeridade. Em agosto de 1992, na cidade de Abidjan, os Estados gerais do Ensino católico refletiram essa situação. Eles resistiram às últimas reformas impostas à sociedade marfinense desde o início dos anos 1990, tanto no plano das formas de mobilização coletiva (sindicalismo), quanto no plano da nova política escolar (redução das despesas da educação, retirada do Estado). Novos atores sindicais entraram em jogo, provenientes do pluripartidarismo e associados às marchas<sup>22</sup> da oposição, especialmente a Federação de Pais de Alunos Católicos da Costa do Marfim (FENAPEC) e o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário Católico (SYNESCA). Internamente, a relação de forças do ensino católico sofreria grandes modificações, apesar de, pontualmente em 1992, a Conferência episcopal ter recusado uma das principais propostas dos Estados gerais, que consistia na criação de um banco gestor dos fundos do ensino católico, com o objetivo de preservar a autonomia das dioceses. A política escolar conduzida pelo Estado forçou o ensino católico a aceitar as novas condições fixadas: os bispos julgavam que o contexto político era perigoso, em razão da identidade confessional muçulmana de inúmeros dirigentes políticos do Estado. Conscientes dos constrangimentos marcados ao longo das negociações com o Primeiro Ministro

22. Em vocabulário que se tornou comum na Costa do Marfim a partir dos anos 1990, as "marchas" designam os trajetos feitos por sindicatos e partidos políticos de oposição, ao protestarem contra o poder vigente.

Alassane Ouattara, os altos dirigentes do ensino católico seguiram uma política realista: aceitar o mínimo proposto, negociar da melhor maneira as ofertas do Estado e, sobretudo, solicitar mais das famílias, aumentando as taxas da escolarização. A diversificação dos atores que buscavam a “sobrevivência” da rede escolar católica teve como consequência uma intensificação dessa luta: toda a década de 1990 esteve marcada por diversos confrontos, que se caracterizavam por serem, ao mesmo tempo, externos, dos representantes do ensino católico com o Estado, e internos, colocando em choque seus diversos atores com os mais altos dirigentes da Igreja.

No que diz respeito às lutas externas, especialmente no ensino secundário, as ordens de ensino confessionais fizeram valer, como argumento, a qualidade de seus serviços educativos em reação à deterioração do sistema público de ensino. Perceptível nos resultados obtidos na BEPC e no exame geral nacional, esse argumento teve a seu favor um momento de disputa, opondo, entre 1995 e 1997, o ensino confessional, principalmente o católico, ao Estado. Pierre Kipré, ministro da Educação naquele período (1994-1999), restringiu as alocações dos alunos do ensino confessional: ao invés de receber os alunos de escolaridade integral, assumidos pelo Estado, o ensino confessional, e de modo mais amplo o ensino privado, passou a receber apenas alunos parcialmente garantidos pela subvenção do Estado. Em resumo, a subvenção destinada ao ensino privado ficou proporcional aos resultados obtidos por alunos alocados através do concurso de ingresso na segunda etapa do ensino fundamental: aos laureados do ensino privado cabia uma subvenção integral, enquanto os alunos reprovados mereciam uma subvenção parcial (70%, 50% e 30%)<sup>23</sup>. Ao encaminhar para o ensino privado “uma massa de alunos” aprovados no exame de final de CM2 (CEPE), mas reprovados no concurso anteriormente citado, o ministro tinha diferentes objetivos: tratava-se de “lutar contra os recrutamentos paralelos”, de absorver uma grande quantidade de jovens mal escolarizados no ensino público, enfim, de modo geral, de “lutar contra a pobreza e de aliviar os pais dos alunos”. Todos os prelados da Igreja católica reagiram àquilo que consideravam um questionamento da integração das escolas confessionais ao sistema público de ensino; ora, para o ministro, tratava-se de relembrar um direito do Estado em matéria de gestão dos fluxos escolares. O ensino católico teve que negociar a proporção de alunos alocados em seus estabelecimentos secundários de acordo com as cotas previstas, antes de, finalmente, fazer ceder o ministro. A excelência escolar, *slogan* lançado pelo ministro em 1995, tornou-se um cavalo de batalha no jogo econômico que opunha o ensino público e o ensino privado confessional: nenhum deles queria aceitar os alunos mal-sucedidos. O que o Estado, no fundo, desejava era reduzir o orçamento reservado

23. Entrevista realizada com Pierre Kipré, Abidjan, em 28 de dezembro de 1999.

ao ensino confessional, com a justificativa, incontestada, de disparidades existentes nos recursos financeiros dos estabelecimentos católicos.<sup>24</sup> Uma outra leitura, menos oficial, consiste em dizer que ele desejava honrar as demandas de empresários privados laicos, em virtude de alianças políticas ou econômicas. A Igreja lutou contra a redistribuição de fundos atribuídos, de acordo com ela, de modo preferencial aos poderosos empresários da educação privada laica e contestou todas as razões invocadas pelo ministro, julgadas falaciosas. É acertado dizer que as cotas de alocações funcionaram como tantas modalidades suplementares restritivas, diminuindo a capacidade financeira dos estabelecimentos secundários católicos e manchando sua reputação. Em contrapartida, o ministro tornou mais evidentes as desigualdades próprias ao ensino católico, tanto que sofria pressão dos raros diretores de escolas pertencentes ao clero marfinense e não às congregações ocidentais. Um serviço instituído por Pierre Kipré, incumbido de determinar o número de alunos alocados nas ordens de ensino privado<sup>25</sup>, foi objeto de todas as apelações. Esse órgão de controle do ensino privado desempenhou um papel concreto nos jogos de alianças entre os poderes públicos e todos os promotores do ensino privado, Igrejas ou particulares. Face ao desenrolar das transações, os textos das convenções têm apenas um valor indicativo das relações de fato existentes entre o Estado e as ordens de ensino privado.

No que diz respeito às lutas internas do ensino católico, multiplicadas a partir dos anos 1990, a primeira observação consiste em salientar o peso dos sindicatos e associações, que se impuseram como atores emergentes, detentores de reivindicações e estratégias. Entre eles, o sindicato dos professores do ensino secundário católico (SYNESCA) chegou, ao final de seu primeiro congresso constitutivo, a introduzir células organizadas em cada estabelecimento católico secundário. A criação de um sindicato dos professores do ensino secundário não era possível anteriormente, por duas razões essenciais: uma razão política, relativa ao regime do monopartidarismo, e outra razão sociológica, relativa à composição do corpo docente do ensino secundário. A instauração do pluripartidarismo e a nacionalização lenta e progressiva desse corpo docente<sup>26</sup> criaram duas séries de condições favoráveis à emergência de uma nova forma de ação coletiva e autônoma no seio do ensino

24. As despesas de escolaridade de um estabelecimento católico situado em Abidjan podem chegar a 250.000 francos CFA (aproximadamente 381 euros). Em Abidjan, os estabelecimentos católicos exigem o pagamento obrigatório da diferença entre a despesa assumida pelo Estado e seus gastos de escolaridade.

25. Trata-se do Serviço Autônomo de Promoção do Ensino Privado (SAPEP), criado em 1997. No novo organograma do Ministério da Educação nacional, esse serviço aparece diretamente ligado ao gabinete do ministro.

26. O Estado lembrou o ensino católico sobre a necessidade de nacionalizar seu pessoal, desde 1981. Na época, os diretores de escola não deram atenção ao fato.

católico. Inicialmente, esse sindicato reunia professores locais e estrangeiros, antes de ser mais especificamente dirigido aos marfinenses – o que não significa uma exclusão dos estrangeiros responsáveis por subseções no interior dos estabelecimentos católicos. Ainda que muitos de seus membros tivessem descoberto uma nova forma de sindicalismo favorável ao pluripartidarismo, a aprendizagem sindical e política de seus dirigentes era construída no seio de organizações tão diversas quanto os sindicatos autorizados (o MEECI), ou os partidos políticos clandestinos (FPI). Os membros do SYNESCA tiveram de combater “um tipo de coronelismo e unanimidade na Igreja”, diz-nos um de seus fundadores<sup>27</sup>, preocupado em salientar a relação entre a nova “possibilidade de expressão plural” criada pelas transformações do espaço sindical e os “problemas materiais reais já existentes, como os salários e a Caixa de solidariedade gerida pelo clero”. A política de austeridade conduzida pelo Primeiro Ministro Alassane Ouattara se traduz por uma redução salarial dos trabalhadores marfinenses. O ensino católico repercutiu esta política (diminuição de 10% no salário dos professores). Além da luta salarial, os sindicalistas do ensino secundário militam em prol da instauração de uma política social: “Com exceção da Caixa de solidariedade que reembolsava periodicamente, não havia nada, o professor recebia seu salário, isso é tudo.” Essas duas frentes de luta mobilizam continuamente os sindicalistas do SYNESCA: as três modificações na grade salarial do ensino secundário (1992, 1995 e 1998) e os esforços de inclusão de uma aposentadoria atestam-no. Assim, o contexto do pluripartidarismo abriu uma via ao sindicalismo autônomo que participa, no seu nível, de uma redefinição das relações entre a Igreja e o Estado, no domínio educativo, e entre os atores do ensino católico (professores, diretores da congregação ou diocesanos, a Direção nacional, a Conferência Episcopal).

#### O fechamento das escolas primárias católicas implantadas na zona rural

Para além das lutas externas e internas, interligadas freqüentemente, a relativa retirada do Estado acarretou no nível primário católico o fechamento de inúmeras escolas. O ensino católico integrou, ao longo dos dez últimos anos, imperativos de rentabilidade na gestão de suas escolas primárias. A partir de então, concentradas em pólos urbanos, essas escolas não oferecem mais como antes a possibilidade de uma escolarização privada na zona rural. Uma das orientações atuais consiste em reabilitar e tornar atrativas as escolas primárias situadas nas zonas urbanas (instalação de cercas de segurança, de vasos sanitários, pintura externa). Cada vez mais numerosas, as classes maternas do ensino católico respondem a um desejo de

27. Entrevista com Nicodème Groprou, Abidjan, em 22 de junho de 2000. Nos anos 1980, professores laicos tentaram instaurar uma “estrutura de vigilância”.



escolarização expresso por pais preocupados em matricular sua prole na escola o mais cedo possível. As despesas de escolarização não deixam de ser analisadas nas altas esferas e as escolas consideradas menos “rentáveis” não dispõem de um fundo de solidariedade garantindo sua manutenção. Contrariamente a outros países da África ocidental, como o Senegal – onde os religiosos católicos continuam a criar escolas rurais clandestinas – ou ainda o Burkina Fasso – onde a Igreja está em vias de recuperar suas escolas primárias em zonas urbanas e rurais – o ensino católico na Costa do Marfim não aposta mais no papel de suplência, anteriormente assegurado na escolarização de populações rurais. Iniciativas educativas originais (Centro de Aprendizagem e de Formação, oficinas de bairros) aparecem periféricamente, sem que sejam, de forma alguma, coordenadas pela Direção Nacional do Ensino Católico (DNEC). Essas iniciativas secundárias foram reforçadas a partir do início dos anos 1990 e visam acolher e formar os jovens marginalizados, do ensino público ou privado. Elas não questionam, fundamentalmente, uma lógica de escolarização restrita às zonas urbanas e cada vez mais dependente dos recursos financeiros familiares. Um questionamento parece tão improvável quanto a possibilidade de que essa lógica de inspiração liberal conquiste a adesão de diferentes atores do ensino católico, inclusive dos sindicatos do ensino primário. Diferentemente dos tempos de outrora, os pais não desejam mais a escola católica nos locais onde as escolas públicas ainda não estão implantadas ou, de antemão, a escola pública gratuita nos locais onde as escolas católicas já existem; ao invés disso, querem centros de formação, privados ou públicos, capazes de retomar a escolarização interrompida de seus filhos.

As escolas confessionais face às pressões do Estado e da Igreja – as diversas tendências em curso.

O desmantelamento da ex-AOF abriu caminhos, agora incertos, para o futuro das escolas confessionais construídas e dirigidas por missionários. Na Costa do Marfim, contrariamente a outros países africanos, uma dinâmica de integração dessas escolas ao sistema de ensino público foi provocada pela orientação favorável da política escolar a uma escolarização universal, rompendo, assim, com a escolarização restrita estabelecida pelo Estado colonial. Nesse momento, as intenções dos mais altos dirigentes marfinenses, sobretudo as intenções supremas de Houphouët-Boigny, em relação à herança escolar missionária, visavam integrá-la e garantir-lhe um espaço em que o Estado pudesse tirar o máximo de proveito em termos de cooperação estrangeira e de política interior. Grupos de religiosos missionários se instalaram nesse espaço praticamente reservado dentro do ensino público e investiram em duas frentes: por um lado, nos estabelecimentos privados com maior números de alunos alocados pelo Estado, pois lhes garantia subvenções

estatais; por outro lado, nos estabelecimentos públicos de renome, cuja direção lhes foi confiada. Essa dinâmica de integração específica, que remete a uma nacionalização às avessas do ensino privado, foi buscada por missionários franceses e de língua francesa. No âmbito das relações definidas entre a Igreja e o Estado no domínio educacional, a realização dessa integração não ocorreu sem impor algumas dificuldades financeiras, inicialmente ao Estado, que teve que sustentá-la por um longo período e, finalmente, à Igreja, que sofria irregularidades no recebimento das subvenções. Em 1974, a reativação dessa dinâmica no interior de um quadro acordado entre as partes assinala a retomada das escolas católicas pelo alto clero marfinense. Finalmente, os prelados da Costa do Marfim aproveitaram o desinteresse, cada vez mais evidente, dos antigos missionários em relação às escolas confessionais. À semelhança do próprio país, a Igreja da Costa do Marfim abriu, a partir da independência, um espaço de circulação para os missionários de língua francesa especializados na administração dos estabelecimentos escolares, apoiados por uma rede de cooperados.

As condições favoráveis desse *devoir-público* do ensino católico perduraram até os anos 1980, década na qual o modelo pós-colonial começava a se esgotar. Profundamente inserido no sistema público, o ensino católico encontrava-se no interior das transformações políticas, sociais e econômicas dos anos 1990 e já registrava inúmeras perdas de escolas primárias em razão da implantação de escolas públicas, sofrendo a intensa concorrência dos estabelecimentos privados laicos no ensino secundário. Seus atores se diversificaram e participaram dos movimentos sindicais autônomos emergentes, particularmente no ensino secundário. O ensino católico não consiste mais, há muito tempo, em negócio da Missão, nem em negócio de Estado (LANGE, 1999, p.51); menos ainda, negócio da Igreja. Ele se insere em uma nova configuração, em que intervêm grupos e coletividades menos visíveis ou inexistentes anteriormente. Essa multiplicação dos atores implicados indica a complexidade dos novos desafios relativos às escolas confessionais.

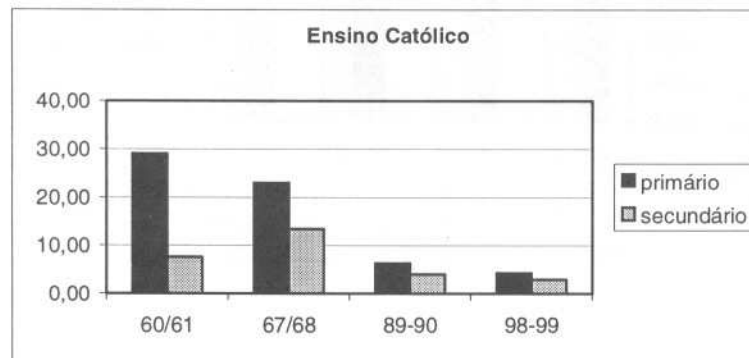
Os indicadores visíveis de um *devoir-privado* das escolas confessionais (fechamento das escolas primárias em zona rural, aumento das escolaridades, recrutamento preferencial de alunos não alocados em certos estabelecimentos secundários) atestam profundas modificações concernentes a esses estabelecimentos. Entretanto, tendências concorrentes cultivam o aprofundamento de suas relações com o Estado, com as famílias e com os agentes dos fundos internacionais. Como o ensino católico continua a negociar com o Estado seu espaço no sistema público, a primeira tendência visa uma *retomada dos compromissos*, mesmo que reduzidos, do Estado a seu respeito. A segunda tendência aparece como uma resposta radical ao fenômeno da retirada do Estado do setor da educação; efetivamente, o ensino católico procura ativamente, sem sucesso nos dias atuais, formas de financiamento autônomas, para além do Estado, junto aos agentes de fundos internacionais.

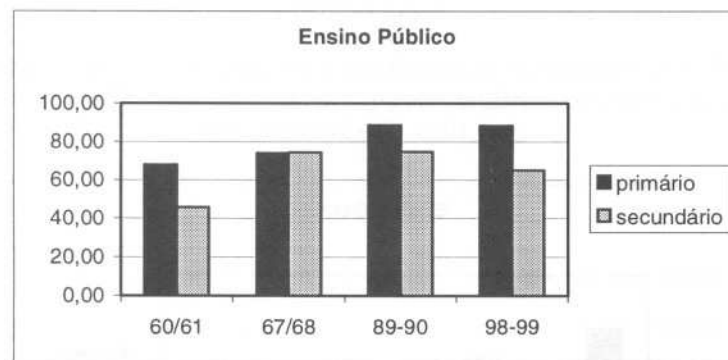
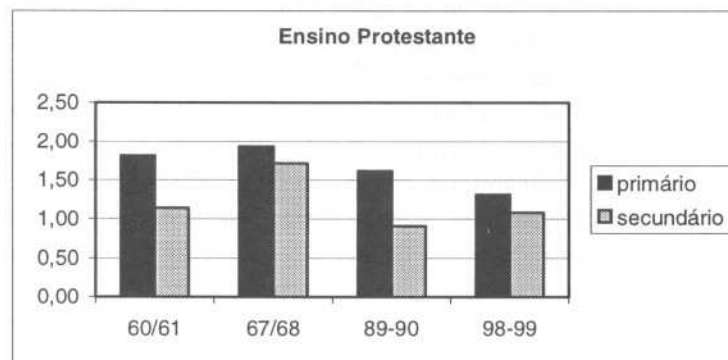
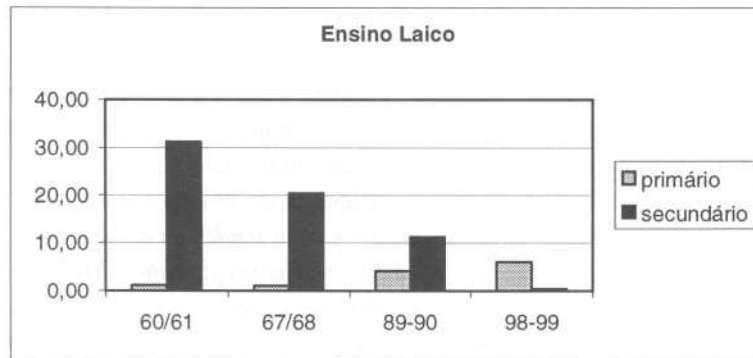
Trata-se de um *desejo de autonomização*, denominação criada por políticos internacionais de inspiração liberal, para indicar o processo realizado parcialmente na Costa do Marfim em certos estabelecimentos privados laicos, que atraem crianças provenientes de classes sociais e econômicas superiores. Para o Estado, as relações com o ensino privado, principalmente o confessional, oscilam também entre duas tendências: uma *tendência ao controle* – concretamente traduzida no plano de domínio dos fluxos dos alunos dirigidos às ordens de ensino privadas, mas também manifestada por uma recusa em ver os dirigentes do ensino confessional tratarem com os agentes de fundos internacionais – e uma *tendência ao desengajamento* do setor educativo privado, aliás comum a diversos países africanos. Definitivamente, nenhuma das tendências mencionadas acima se sobrepõe às outras: elas interagem. Assim, tendências contrárias podem acompanhar as reivindicações e estratégias dos atores e orientar seu futuro para fins incertos. Além disso, não se manifestam em todos os níveis do Estado ou da Igreja e nem sempre aparecem claramente, tendo em vista a sutileza dos jogos de poder estabelecidos em negociações externas (entre o Estado e os atores do ensino católico) e internas (entre os diferentes atores do ensino católico). Conviria refinar sua observação, particularmente após a derrota dos processos ditos de democratização e o golpe de Estado de 24 de dezembro de 1999 (LOSH, 2000). A dinâmica de integração das escolas confessionais ao sistema de ensino público enfraqueceu-se, mas esse enfraquecimento ainda não encaminha os ensinos confessionais à autonomia financeira: essas ordens de ensino permanecem dependentes das políticas escolares do Estado marfinense.

Centro de estudos da África Negra (CEAN), CNRS, Bordeaux.

Anexo Estatístico

Participação (%) das ordens de ensino públicas e privadas (católicas, laicas e protestantes) nos níveis primário e secundário, nos seguintes anos escolares: 1960 -1961, 1967-1968, 1989 -1990 e 1998 -1999





FONTE: República da Costa do Marfim, Ministério da Educação, anuários estatísticos escolares.

## Referências bibliográficas

- BRASSEUR, P. L'Église catholique et la décolonisation en Afrique Noire. In: AGERON, C. R. (org.). *Les chemins de la décolonisation de l'empire français colonial, 1936-1956*. Colloque organisé par l'Institut d'histoire du temps présent, 4 et 5 octobre 1984. Paris: Éditions du C.N.R.S, p. 55-58, 1986.
- CENTLIVRES, P.; DANIEL, F.; ZONABEND, F. (org.). *La fabrique des héros*, Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, 1998.
- COMPAORÉ, M. *L'école en Haute-Volta: une analyse de l'évolution de l'enseignement primaire de 1947 à 1970*. 1995., 2 v. Tese (Doutorado). Paris, Université de Paris VII.
- DECRAENE, P. Le Vatican et l'Afrique Noire. *Ésope*, 489, p. 1-10, 1993.
- DIALLO, S. *Houphouët-Boigny. Le médecin, le planteur et le ministre (1900-1960)*. Paris: Jalivres, 1993.
- FRÉGÉAC, P. *Carnaval sous les manguiers*. Paris: Éditions Michel Hagège, 1998.
- LANGE, M.-F. Les acteurs de l'évolution de l'offre et de la demande d'éducation en Afrique. *Les cahiers ARES*, 1, p. 49-63, 1999.
- LAUNAY, M. Jalons pour l'histoire d'une jeune Église. La mémoire missionnaire en Côte-d'Ivoire. In: Durand, D.; Ladons, R. (org.). *Histoire religieuse, histoire globale, histoire ouverte: mélanges offerts à Jacques Gadille*. Paris: Beauchesne, p. 112-135, 1992.
- LEGBEDJI-AKA, C.-B. *École protestante et société dans la Côte-d'Ivoire coloniale. Cas de la région ecclésiastique de Dabou (1924-1944)*. 2 v., Paris: École des hautes études en sciences sociales, 1986.
- LOSH, B. Introduction au thème: La Côte-d'Ivoire en quête d'un nouveau projet national. *Politique africaine*, 78, p. 5-25, 2000.
- MOUMOUNI, A. *L'éducation en Afrique*. Paris: Présence africaine, 1998 [1964].
- NGOYI, D. *Les missions catholiques et l'évolution sociale au Congo-Brazzaville de 1880 à 1930. L'œuvre d'éducation*. Thèse de 3. cycle. Bordeaux: Université de Bordeaux, 1969.
- OFFICE INTERNATIONAL de l'Enseignement catholique. Secrétariat régional pour l'Afrique et Madagascar. *L'enseignement catholique au service de l'Afrique*. Rapport de la conférence panafricaine de l'enseignement catholique, 1965.
- PROTEAU, L. *École et société en Côte-d'Ivoire. Les enjeux des luttes scolaires (1960-1994)*. 1996. Tese (Doutorado). Paris, École des hautes études en sciences sociales, 1996.
- VIDAL, C.; LE PAPE, M. L'école à tout prix. Stratégies éducatives dans la petite bourgeoisie d'Abidjan. *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, 70, p. 64-79, 1987.
- VIDAL, C. *Sociologie des passions*. Paris: Karthala, 1991.